NOTA TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO DA REQUISIÇÃO

SOLICITANTE: MM. Juiza de Direito Dra. Simone Torres Pedroso

PROCESSO Nº.: 5022218472022813002

CÂMARA/VARA: Vara da Infância e Juventude e Execuções Penais

COMARCA: Betim

I – DADOS COMPLEMENTARES À REQUISIÇÃO:

REQUERENTE: H. A. S.

IDADE: 5 anos

PEDIDO DA AÇÃO: Medicamento

DOENÇA(S) INFORMADA(S):

FINALIDADE / INDICAÇÃO: Como opção terapêutica substituta à alternativa terapêutica disponível na rede pública - SUS

REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL: CRESS 6/5.869; COREN 432.655, CRMMG 29.863, 75.018

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: 2022.0003040

II – PERGUNTAS DO JUÍZO:

Informações técnicas acerca dos procedimentos disponibilizados para o caso como o dos presentes autos,

III – CONSIDERAÇÕES/RESPOSTAS:

Conforme diversas documentações apresentadas no processo, datadas desde 2018 até 2022, com especial destaque para as datas de 15/01/2018, 20/08/2019, 28/12/2020, 29/01/2021, 21/01/2022, trata-se de **criança HASV, 5 anos**, apresentando **diagnóstico confirmado de síndrome de Joubert, com nistagmo e fixação fugaz e visão subnormal. Solicitado por oftalmologista em 2018, estimulação visual precoce, exames e acompanhamento especializado.** Durante a espera pela consulta com o neurooftalmologista o Centro de Saúde Angola realizou várias visitas ao domicílio da criança para avaliação, entretanto não encontrou a mesma em casa, pois **a criança estuda em horário integral.** Realizou consulta presencial em 01/10/2019 no Centro de Saúde. Posterior teve

consulta com prestador contratualizado neuroftalmologista em 29/01/2021, sendo solicitado novos exames e reavaliação em 6 meses, conforme relato da mãe a Promotoria e da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de Betim. **Criança aguardando consulta de retorno com neuroftalmologista desde julho de 2021, mantendo atendimento de estimulação visual pela ONG APADEVE, com solicitação de veículo especial para transporte da mesma. Tem pedido de transporte especial e estimulação visual. Vale ressaltar que não há acrescentado pedido de estimulação visual feito pelo especialista neuroftalmologista.**

A síndrome de Joubert (SJ) é uma **condição genética heterogênea autossômica recessiva, sendo rara do grupo das ciliopatias.** Mais de 20 genes foram identificados relacionados com este fenótipo. **As características clínicas são variadas** e envolvem macrocrania, testa proeminente, sobrelanceadas arqueadas, pregas epicantais, ptose, coloboma ocular bilateral, estrabismo, narinas antevertidas, orelhas com implantação baixa e inclinada, eversão do lábio inferior em forma de trapézio e protrusão com movimentos rítmicos da língua, apneia do sono, retinite pigmentar, polidactilia, escoliose, fibrose hepática, rins displásicos e multicísticos. Dentre estas, as principais são **hipotonia, atraso neuropsicomotor, ataxia, apraxia oculomotora, nistagmo e anormalidades respiratórias neonatais.** Do ponto de vista **ocular a apraxia oculomotora é a mais frequente (80% dos pacientes), seguida de estrabismo (74%) e nistagmo (72%). Uma minoria de pacientes também apresenta ptose (43%), coloboma coriorretiniano (30%) e atrofia do nervo óptico (22%).** Praticamente **todas as crianças com a SJ apresentam atraso na aquisição das etapas de desenvolvimento associada à deficiência intelectual de gravidade variável.** A linguagem expressiva geralmente é pior do que a receptiva decorrente da apraxia oromotora. Há descrição de alterações do comportamento com traços de espectro do autista e epilepsia.

O diagnóstico SJ se faz a partir da suspeição clínica diante da

presença de hipotonia, ataxia, atraso psicomotor e anormalidades respiratórias neonatais. Para a confirmação é imprescindível a realização de exame por imagem e avaliação genética. Os achados radiológicos mais característicos são alongamento e estreitamento da junção pontomesencefálica, aprofundamento da fossa interpeduncular, espessamento e horizontalização dos pedúnculos cerebelosos superiores, hipoplasia do vérmis e fusão incompleta da região mediana do vérmis que surge com uma fenda sagital superior. As três primeiras alterações são as componentes do **‘sinal do dente molar’**, **uma imagem radiológica considerada por alguns autores como patognomônica de SJ.** O exame neuro-oftalmológico pode mostrar apraxia oculomotora. Este conjunto de achados, associado à história familiar e características fenotípicas peculiares reforçam o diagnóstico genético clínico da SJ.

Como há diferentes subtipos fenotípicos que afetam diferentes órgãos, o prognóstico e a mortalidade na SJ são amplamente dependentes da gravidade dos órgãos afetados e extensão e gravidade das alterações respiratórias e sistêmicas. Foi relatado que pacientes com SJ com distrofia retiniana são mais propensos a ter doença renal multicística e, portanto, maior taxa de mortalidade do que pacientes com SJ sem distrofia retiniana. Crianças com SJ são mais propensas a apresentar atraso no desenvolvimento visual e um período amblíope mais longo. A história natural pode ser dividida em **3 desfechos diferentes**: (1) crianças que **morrem antes dos 30 meses**; (2) **crianças que sobrevivem, com severo comprometimento** quanto ao desenvolvimento global; e (3) **crianças que apresentam problema moderado de desenvolvimento.**

Não há cura para SJ. O tratamento é sintomático e deve ser multidisciplinar visando reduzir os sintomas e melhorar a qualidade de vida. Sendo uma doença com grande variação clínica o tratamento é individualizado, dependendo das formas da doença afeta o indivíduo. A genotipagem pode auxiliar no diagnóstico da doença e no monitoramento da trajetória da doença. Por exemplo, como o SJ causado por mutações no

CEP290, AHI1 e INPP5E comumente se manifesta com degeneração da retina, os pacientes afetados devem ter monitoramento regular da saúde da retina. **A caracterização mais precisa dos aspectos da linguagem e do comportamento é essencial para estabelecer prioridades terapêuticas direcionadas às necessidades destes indivíduos.** Pode ser necessário o intercursos de especialistas como nefro, neuro, oftalmologistas para monitorar alterações específicas dos rins, cérebro e olhos respectivamente e oferecer tratamentos, se disponíveis. Os **programas educacionais, fisioterapia e terapia ocupacional da fala podem melhorar a hipotonia e reduzir o atraso na aquisição das capacidades motoras. O seguimento dos doentes com as formas mais graves deve ser realizado num centro de referência especializado.** Os atrasos no desenvolvimento podem ser tratados com estimulação infantil, terapia ocupacional, fisioterapia e terapia de fala. **O manejo oftalmológico inclui lentes corretivas para os erros de refração e reabilitação neuro-oftalmológica para os distúrbios oculomotores.** Recomenda-se o **monitoramento oftalmológico regular durante todo o período ambliogênico**, que pode durar mais em pacientes com SJ. **A reabilitação neuro-oftálmica por estimulação visual, é um conjunto de técnica que estimulam a capacidade perceptiva visual com estímulos visuais e comportamentais adequados para cada idade. Aborda a capacidade do bebê ou da criança e auxilia na adaptação do ambiente para proporcionar o melhor aprendizado e desenvolvimento global mesmo com a baixa visão. A estratégia de tratamento depende do que cada criança necessita**, começando desde os conceitos básicos como contato visual, movimentação espontânea dos braços, distinção de objetos, figura fundo, onde a terapeuta favorece o ambiente com alto contraste, iluminação (alta ou baixa), sem ruído para ter atenção da criança naquele momento. Tem como **objetivo a utilização adequada da visão auxiliando na adaptação do ambiente para proporcionar o melhor aprendizado, a melhora do desenvolvimento global e da qualidade de**

vida. A cirurgia é indicada para estrabismo e ptose sintomáticos dependendo da gravidade e potencial ambliogênico.

No Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2008 há previsão de **serviços de Habilitação/Reabilitação Visual com estratégias de ações para habilitação e reabilitação visual** devem ser estabelecidas, nos Serviços de Reabilitação Visual, a partir das necessidades particulares de cada indivíduo, de acordo com o impacto da deficiência visual sobre sua funcionalidade, pela atuação de equipe multiprofissional. O oftalmologista na área da baixa visão deve desenvolver trabalho conjunto com equipe de profissionais da área de reabilitação e/ou educação, como, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, assistente social, psicólogo, pedagogo, técnico de orientação e mobilidade com o objetivo de reabilitar/habilitar a pessoa com deficiência visual com vistas a sua inclusão social. Esta política está ativa inclusive o Ministério da Saúde em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, por meio da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED/UFMA), Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS/UFMA) e Grupo SAITE (CNPq/UFMA), está realizando um programa de capacitação, gratuito, à distância para Atenção à Saúde na Reabilitação visual para profissionais de saúde e demais interessados no tema, com início imediato.

Assim não há demanda solicitação de procedimento diverso, não contemplado pelo SUS, que requeira avaliação de imprescindibilidade, substituição ou não pelo NATJUS, mas necessidade melhor articulação de fluxos, competência esta, como já dito, do gestor local. Vale lembrar que também o SUS conta com serviço de transporte mencionado pelo próprio gestor do caso capaz de garantir o deslocamento da criança. Conclusão: o caso em tela trata de criança de 5 anos, com SJ apresentando nistagmo e fixação fugaz e visão subnormal. Tem solicitação de 2018, pra estimulação visual precoce, exames e acompanhamento especializado. Em 29/01/2021 consultou com prestador contratualizado neuroftalmologista, sendo solicitado

novos exames e reavaliação em 6 meses. Aguardando consulta de retorno com neuroftalmologista desde julho de 2021, mantendo atendimento de estimulação visual pela ONG APADEVE. Tem pedido de transporte especial e estimulação visual. Vale ressaltar que não há pedido de estimulação visual feito pelo especialista neuroftalmologista.

A **SJ** é uma **condição genética heterogênea autossômica recessiva, sendo rara do grupo das ciliopatias**. Mais de 20 genes foram identificados relacionados com este fenótipo. **As características clínicas são variadas, com destaque para hipotonia, atraso neuropsicomotor, ataxia, apraxia oculomotora, nistagmo e anormalidades respiratórias neonatais**. Do ponto de vista **ocular a apraxia oculomotora é a mais frequente (80% dos pacientes), seguida de estrabismo (74%) e nistagmo (72%)**. Uma minoria de pacientes também apresenta ptose (43%), coloboma coriorretiniano (30%) e atrofia do nervo óptico (22%). Praticamente **todas as crianças com a SJ apresentam atraso na aquisição das etapas de desenvolvimento associada à deficiência intelectual de gravidade variável**. O diagnóstico SJ se faz a partir da **suspeição clínica diante da presença de hipotonia, ataxia, atraso psicomotor e anormalidades respiratórias neonatais**. Para a **confirmação é imprescindível a realização de exame por imagem (sinal do dente molar) e avaliação genética**.

Como há diferentes subtipos fenotípicos que afetam diferentes órgãos, o prognóstico e a mortalidade na SJ são amplamente dependentes da gravidade dos órgãos afetados e extensão e gravidade das alterações respiratórias e sistêmicas. A história natural pode ser dividida em **3 desfechos diferentes**: (1) crianças que **morrem antes dos 30 meses**; (2) crianças que **sobrevivem, com severo comprometimento quanto ao desenvolvimento global**; e (3) crianças que **apresentam problema moderado de desenvolvimento**.

Não há cura para SJ. O tratamento é sintomático e deve ser multidisciplinar visando reduzir os sintomas e melhorar a qualidade de vida. Sendo uma doença com grande variação clínica o tratamento é individualizado, dependendo das formas da doença afeta o indivíduo. Pode ser necessário o intercursos de especialistas como nefro, neuro, oftalmologistas para monitorar alterações específicas dos rins, cérebro e olhos resceptivamente e oferecer tratamentos, se disponíveis. Os programas educacionais, fisioterapia e terapia ocupacional da fala podem melhorar a hipotonia e reduzir o atraso na aquisição das capacidades motoras. O seguimento dos doentes com as formas mais graves deve ser realizado num centro de referência especializado. Os atrasos no desenvolvimento podem ser tratados com estimulação infantil, terapia ocupacional, fisioterapia e terapia de fala. O manejo oftalmológico inclui lentes corretivas para erros de refração e reabilitação neuro-oftalmológica para distúrbios oculomotores. Recomenda-se o monitoramento oftalmológico regular durante todo o período ambliogênico, que pode durar mais no SJ. A estimulação visual, é um conjunto de técnica que estimulam a capacidade perceptiva visual com estímulos visuais e comportamentais adequados para cada idade. Aborda a capacidade do bebê ou da criança e auxilia na adaptação do ambiente para proporcionar o melhor aprendizado e desenvolvimento global mesmo com a baixa visão. A estratégia de tratamento depende do que cada criança necessita, começando desde os conceitos básicos como contato visual, movimentação espontânea dos braços, distinção de objetos, figura fundo, onde a terapeuta favorece o ambiente com alto contraste, iluminação (alta ou baixa), sem barulho sonoro para ter atenção da criança naquele momento. Objetiva a utilização adequada da visão auxiliando na adaptação do ambiente para proporcionar o melhor aprendizado, desenvolvimento global e qualidade de vida.

No Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2008 há previsão de serviços de Habilitação/Reabilitação Visual com estratégias de ações

para habilitação e reabilitação visual devem ser estabelecidas, nos Serviços de Reabilitação Visual, a partir das necessidades particulares de cada indivíduo, de acordo com o impacto da deficiência visual sobre sua funcionalidade, pela atuação de equipe multiprofissional. O oftalmologista na área da baixa visão deve desenvolver trabalho conjunto com equipe de profissionais da área de reabilitação e/ou educação, como, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, assistente social, psicólogo, pedagogo, técnico de orientação e mobilidade com o objetivo de reabilitar/habilitar a pessoa com deficiência visual com vistas a sua inclusão social. **Assim não há demanda solicitação de procedimento diverso, não contemplado pelo SUS, que requeira avaliação de imprescindibilidade, substituição ou não pelo NATJUS, mas necessidade melhor articulação de fluxos, competência esta, como já dito, do gestor local. Vale lembra que também o SUS conta com serviço de transporte mencionado pelo próprio gestor do caso capaz de garantir o deslocamento da criança.**

IV – REFERÊNCIAS:

1. Wang SF, Kowal TJ, Ning K, Koo EB, Wu YA, Mahajan VB, Sun Y. Review of Ocular Manifestations of Joubert Syndrome. **Genes (Basel)**. 2018; 9(12): 605-. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6315342/>
2. Joubert Syndrome: Ophthalmological Findings in Correlation with Genotype and Hepatorenal Disease in 99 Patients Prospectively Evaluated at a Single Center. *Ophthalmology*, 2018; 125(12):1937-52. Disponível: <https://www.aajournal.org/action/showPdf?pii=S0161-6420%2818%2930686-9>
3. Sturm V, Leiba H, Menke MN, Valente EM, Poretti EM, Landau K, Boltshauser B. Ophthalmological findings in Joubert syndrome. *Eye*. 2010; 24: 222-5. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/eye2009116>
4. Messa AA, Nakanami CR, Lopes MCB. Qualidade de vida de crianças com deficiência visual atendidas em Ambulatório de Estimulação Visual Precoce. *Arq. Bras. Oftalmol.* 2012;75(4):239-42. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abo/a/YrCXRbJrH8czcx5FtMQJspf/?format=pdf&lang=pt>

5. Universidade Aberta do SUS. Atenção à Saúde na Reabilitação Visual é tema de novo curso da UNA-SUS/UFMA. Pagina institucional. Publicada em Quarta-feira, 13 de julho de 2022 11:56 - Ascom SE/UNA-SUS. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/atencao-a-saude-na-reabilitacao-visual-e-tema-de-novo-curso-da-una-sus-ufma>
6. Early visual stimulation services in Brazil a proposal for developing countries. Benjamin Constant. 2022; 28 (64): e286401. Disponível em: <http://revista.abc.gov.br/index.php/BC/article/view/845>
7. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saude. Diretrizes de Atenção à Saúde Ocular na Infância: Detecção e Intervenção Precoce para a Prevenção de Deficiências Visuais. Brasília/DF, dezembro de 2013. 40p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_saude_ocular_infancia.pdf.
8. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro,. Portaria no 3.128 de 24 de Dezembro de 2008. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html

V – DATA:

05/10/2022

NATJUS – TJMG